
EDUCAÇÃO, CULTURA E CIDADANIA: COMUNICAÇÕES DA PERIFERIA

Em países como o Brasil, a cultura popular é um intervalo de resistência, base de valores e estímulos para a organização de comunidades

Por que as modernizações brasileiras de 1822, 1889, 1930, 1955 e até mesmo de 1985 em diante foram seguidas da frustração coletiva, da descrença e do milenarismo, ensejando a reeleição de dirigentes somente em razão da estabilidade da moeda? Porque não ouvimos e não vivenciamos as mais profundas vozes da cultura. Herbert de Souza afirmou em artigo na *Folha de S. Paulo* de 28 de janeiro de 1997 que tinha dificuldades de se situar nas alturas, mas se sentia à vontade nas planícies. O que se planejou em política cultural no Brasil foi por cima, sem considerar que a verdadeira formação dessa cultura viria da sondagem dos cotidianos culturais. Por isso, continua a ser urgente tratar das políticas de cultura. E fazê-lo, hoje, implica entrar no coração dos nossos projetos políticos e suas formas de disseminação. Porém, tratar das nossas frustrações coletivas exige, também, ver as proposições difusamente organizadas no seio das organizações civis e dos grupos populares que emergiram do próprio interior das modernizações, as quais se fizeram presentes mesmo quando não desejadas. Vista adequadamente essa tensão, teremos indicações para nossas futuras políticas de cultura e comunicação.

A questão cultural, vista em face dos projetos e práticas políticas de um país liberal e patrimonialista, não se revela pelas re-

gras (ou pelos planos nacionais de cultura), mas pelas variações, não pelas *alturas*, mas pela *planície*. Ora, o cinema, a literatura e o melhor dos movimentos sindicais do país não se definem nos contornos dos planos oficiais, mas na descoberta de mediações culturais transformadas em ações, linguagens e imagens comprometidas com o país fundamentalmente real, não o do programa *A voz do Brasil*, dos diários oficiais ou dos planos governamentais. Não é sem razão que o velho filme *O cangaceiro* e o recém produzido *O sertão das memórias*, de José Araújo, são as falas da planície, das margens do Brasil modernizante, mas que ecoam valores e verdades de um mundo humano a quem ainda o país das elites não prestou contas.

Quando se propõe o desenvolvimento nos anos 50 – com a entrada ampla do capital multinacional e seus sistemas industriais, produtores das novas cidades repletas de favelas e cortiços – publicam-se livros-chave para pensar a nossa modernidade:

O AUTOR

Luís Roberto Alves

Professor e pesquisador da USP. Livre-Docente em Comunicação e Artes. Assessor de movimentos sociais. Ex-Secretário de Educação, Cultura e Esportes de São Bernardo do Campo-SP (1989-1992).

E-mail: luralves@usp.br

Morte e vida severina, de João Cabral de Melo Neto e *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa. Neles as grandes questões do país: agrária, agrícola, religiosa e suas crises de valores vêm à tona, lembrando os verdadeiros desafios que o Brasil tem diante de seu povo. Na sequência, tem-se o cinema novo, Glauber Rocha e depois o tropicalismo. Quando as políticas públicas dos governos da segunda fase da ditadura militar, nos anos 70, evidenciam como princípios o patrimonialismo, a concentração de poder, o mecenato e o protecionismo do Estado, movimentos sindicais explodem nas principais cidades do país (e depois no campo, originando o atual Movimento dos Sem-Terra), problematizando as relações entre capital e trabalho e abrindo caminho para a nova onda de modernização liberal.

Efetivamente, o fazer cultural no país colonizado só se faz símbolo, valor, quando é uma circunstância trabalhada a contrape-lo, um raio nas trevas, um trilho de vida no círculo da morte. E quando esse quadro é trabalhado no espaço das cidades, dos municípios, pode ser sentido mais agudamente, ou pode ser plenamente dissimulado na proximidade das relações. Renato Ortiz afirma: “Nossa contemporaneidade faz do próximo o distante, separando-nos daquilo que nos cerca ao nos avizinhar dos lugares remotos”¹. O desafio maior do Brasil não reside somente em conseguir criar a mínima dignidade social nas cidades, já quase plenamente comprometidas com a nova fase de globalização da produção e circulação de bens e serviços (75% da nossa população já reside nas cidades). Teríamos, realmente, de inverter no laboratório social das cidades o modo perverso do patrimonialismo agrário e sua contraparte ideológica, baseada na teoria

dos *dois brasis*, um arcaico-agrário e outro moderno, das cidades.

De fato, a cidade pode ser um grande *sertão* (já intuído na metáfora de Guimarães: “ser-tão”), onde as relações não alcançam o seu *ser*, realizando-se como aparências de modernidade, cuja ideologia se travestiu de direitos na atualização de conhecimento, no lazer crescente, na menor fadiga no trabalho, maior proteção do Estado, ampla facilidade na dinâmica da comunicação e direitos crescentes de escolarização e ação cultural, porém que jamais foram fruídos pela maioria. Até porque não se fruem direitos encobertos e ideologizados, no fundo simulações. Na sociedade denominada midiática e globalizada mais se confirma a asserção: se não é mais hora de nos agarrarmos ao Estado-muleta ou Estado-suporte, é hora de recriá-lo a partir de nova base de valores, que não se bastam nem se sustentam na privatização da esfera pública. Ainda não vivemos 50 anos (dos nossos 498) de efetiva cidadania político-cultural e as formas de modernização agora observadas (engolidas e aproveitadas por acadêmicos reciclados pela modernidade, bem como por egressos da velha esquerda) podem representar mera simulação para reideologizar o esquema dos *dois brasis*, agora quadruplicado, sendo dois no campo e dois na cidade, pretensamente arcaicos e modernos. Mais um dos nossos mitos.

A CULTURA EM ESPAÇOS SOCIAIS CONCRETOS

Para localizarmos esse espectro político-cultural, convém pensar espaços sociais concretos e considerar três fatos: o primeiro,

1. ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

que nossas cidades são, quase todas, frutos da modernidade, como nos observou Milton Santos². Somos modernos por contingências do processo de formação do país. A serviço do modo capitalista de produção em sua fase tardia de impulso industrial, depois comercial e de serviços, vimos se desenvolver – nos anos 30, 50 e 70 deste século e paralelamente à inserção do país no sistema capitalista de base americana –, uma lenta e difícil organização de setores da sociedade civil na busca de fazer com que as nossas cidades superassem a condição de acampamentos, cidades-dormitório, espaço auxiliar do exclusivo crescimento do capital, para que ali crescesse a raiz da associatividade social e política, produtora de formas educativo-culturais capazes de aumentar a coesão e concretizar valores simbólicos indispensáveis para a gestão da vida popular, tentativa de reverter a sina do *sertão/ser-tão*.

Como exemplo, as cidades-chave da região paulista denominada Grande ABC, hoje com dois milhões e meio de habitantes, componentes da metrópole paulista de 17 milhões, cuja grandeza perde somente para a Grande México e empata com Tóquio.

A sub-região sudeste da Grande São Paulo, mais conhecida como ABC paulista, ocupa área de 742 km², distribuindo seus dois milhões e meio de habitantes por sete cidades, estabelecendo a ocupação de quase quatro mil pessoas por km².

Colocada na rota de passagem entre o litoral e o planalto paulista, a região do ABC já fôra um núcleo colonial no século XVI, desativando-se em razão do privilégio de São Paulo de Piratininga e retornando à condição de povoação, depois vilas e pequenas cidades a partir do século XVIII.

Efetivamente, a região conhece três super-signos em seu desenvolvimento: a condição de passagem de mercadorias e produtos naturais nos séculos XVIII e parte do XIX, a lenta construção da identidade industrial e da autonomia política desde o final do século XIX até os anos 50 deste século, e a agudização das tensões entre capital e trabalho que ainda vigora, mas já sendo substituída pela *civilização de serviços* que robotiza o sistema industrial e desemprega 15% da força de trabalho adulta.

As diretrizes das formas de exploração colonial, pré-capitalistas, cedem lugar aos resultados das revoluções industriais européias que, embora controladas pelas elites locais patrimonialistas, substituem a mão-de-obra escrava pelos imigrantes (principalmente italianos); impulsionam a construção da estrada de ferro pelos ingleses, já em operação no ano de 1867; produzem a expansão do sistema industrial a partir de São Paulo com a criação dos subúrbios; e partem para a organização classista da sociedade nas operações de educação, cultura, formação profissional, habitação. Enquanto nos séculos XVIII e XIX essa região de passagem se definia pela pobreza e carência generalizada, o movimento do capitalismo internacionalizado, a partir das expansões pós-Segunda Guerra, estabelece na região a competência para produzir e acumular capital que, embora renda o suficiente para criar uma ampla estrutura de serviços públicos e uma razoável classe média, concomitantemente produz um processo migratório capaz de inchar as sete cidades e fazer chegar a 20% a população de cortiços e favelas.

O grande problema é saber que tipo de associatividade foi possível nesse espaço social, organizado para ser linha auxiliar do

2. SANTOS, M. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982.

sistema metropolitano de exploração capitalista. O professor José de Souza Martins³ trabalhou a questão na sua memória histórica. Publicações recentes dão conta das formas de luta possíveis para mudar essa cultura política. Exemplos são os livros de Lúcia Bógus e Lúcio Kowarick⁴. Ora, nessas periferias, viu-se o modo oligárquico, familiar e personalista como se deram as sucessões político-eleitorais; o clientelismo e o messianismo dos poderosos foram também regra nas relações de poder. No entanto, a criação desses acampamentos urbanos engendrou a associatividade, a coesão cultural mínima a partir de necessidades vividas, que produziram reivindicações simbolizadoras e o que se viu, desde o início do século, foram greves famosas, grande apoio local na conquista de direitos trabalhistas, movimentos pacifistas de imigrantes e migrantes pela organização comunitária, desenvolvimento de discursos sobre direitos humanos, melhoria da infra-estrutura urbana etc.

Pode-se dizer, invertendo o discurso oficial sobre o papel organizador das elites, que as formas necessárias e possíveis de organização social evitaram, sempre, a anomia (falta de leis e normas) e a inércia, ou a explosão circunstancial comandada pela oligarquia. No seu esforço de produzir a vida na adversidade, imigrantes-nativos-migrantes produziram uma educatividade na sociedade civil capaz de introduzir alterações importantes no horizonte da cultura regional, abrindo em alguns casos o processo de mudança social para o próprio país, como aconteceu nos anos 70. As

tensões que o laboratório capitalista e burguês criou nessa extensão metropolitana produziram segmentos sociais tendentes a escapar ao conformismo perante os estamentos sociais, resistindo à mera representatividade política e à condição de objeto histórico, revertendo essas tensões para a fronteira em que se questiona o mesmo capitalismo e a condição burguesa de vida. Os trabalhadores decidiram fazer-se cidadãos dentro do projeto de ser mão-de-obra auxiliar da mais-valia. Hoje sofrem o novo desafio de serem – ou não – somente consumidores de segunda classe e, para tanto, têm como referência o jogo monetarista do capital, a simulação da livre concorrência e o desemprego crescente.

A velha associatividade está posta em xeque, capital e trabalho já não se opõem como nos anos 70, mas as condições gerais de vida não melhoraram para a maioria, o que significa que formas novas de fazer coletivo começam a ser testadas em vista da cidadania obstaculizada. A proposta que vem dos últimos 20 anos buscava responder à observação dramática de Lewis Mumford, que dizia a propósito da metropolização: “... as massas passam a viver por procuração (...) como observadores passivos”⁵. No entanto, ele mesmo abria o que nesses subúrbios foi intuído e descoberto: “É na cidade considerada como teatro que as atividades propositivas do homem são formuladas e elaboradas, mediante o conflito e a cooperação de personalidades, acontecimentos e grupos, para resultar nas culminâncias mais significativas”⁶.

3. MARTINS, J. de S. **Subúrbio**. Vida cotidiana e História no subúrbio da cidade de São Paulo. São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

4. BÓGUS, L. M. M. *et al.* **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1992. KOWARICK, L. (org.) **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

5. MUMFORD, L. **A cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes/EdUnB, 1982. p. 277. Vide também **A cultura das cidades**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

6. MUMFORD, L. **A cidade na História**... *op. cit.* p. 494.

HISTÓRIA CULTURAL: O PÚBLICO E O PRIVADO

Lembrando Éder Sader⁷, para quem os projetos e práticas dessas populações apresentam um modo humanista de viver, a identidade plural dessas cidades periféricas e suas populações migrantes-imigrantes se assenta sobre os seguintes pilares: a relativa vitória sobre a desintegração física e simbólica, com a conquista de direitos em meio à tensão crítica; a intercomunicação de segmentos a produzir a condição de pessoa dentro da associatividade de trabalhadores; o aproveitamento dos signos da opulência econômica e política – em parte uma miragem – para a distribuição menos desigual de direitos sociais aos segmentos da sociedade organizada; a busca e, em parte, a conquista da autonomização dos saberes e seu uso político nas organizações populares, a despeito das contínuas operações contrárias à autonomia organizada; enfim, os movimentos sociais dos subúrbios se negaram a reproduzir um poder econômico e social egoísta e produziram, como proposta nova, um intenso processo de comunicação social, cujos resultados ainda têm histórias a contar. Identidade significou, ali, a diminuição das distâncias entre o saber e o fazer, seguida das suas consequências sobre o comando e a obediência, enfim reorientados para a vida cotidiana. Dialectização intensa das estruturas socioculturais, com vitórias precárias na ordem econômica que liga capital a trabalho. Indivíduos e cidadãos buscaram revelar-se cidadãos, cidadãos.

Acrescente-se a isso que a nossa história cultural é feita de carências e abortos. Até 1970 não conhecemos nenhuma política governamental de cultura e, quando a vimos naquela década, era fruto da ditadura traves-

tida de liberalismo, isto é, centralizava o mecenato cultural no governo, estimulava remissão de impostos de empresas para o investimento cultural seletivo, folclorizava as culturas populares e idolatrava o patrimonialismo.

Para esse mecenato a memória nacional estava instalada em museus, edifícios e projetos megalomânicos de preservação da cultura⁸. Desde o início do século, nenhuma das nossas constituições republicanas abriu espaço para pensar políticas de cultura ou educação, muito menos de comunicação. Os capítulos que tratavam de família, educação e cultura relatavam funções, ordens e procedimentos, repetindo introduções à maneira de constituições estrangeiras deslocadas da sequência meramente burocrática. Já o tema da comunicação surge nas constituições e emendas do tempo da ditadura militar para apregoar a liberdade de posse e enunciação de discurso, criando a cumplicidade entre os poderes público e privado.

Na constituição de 1988, um intenso esforço de intelectuais e trabalhadores das comunicações abriu posto para alguma democratização de concessões e gerência dos meios de comunicação, fraudada pela ausência de regulamentações, avaliação e punições aos que buscam continuamente feudalizar o sistema brasileiro de mídia. Aqui, poucas famílias e grupos detêm 90% das redes televisivas, incluindo as novas tecnologias de emissão e repetição.

É como se ainda estivéssemos no mundo agrário e seu sistema de latifúndio do café, cacau, soja e gado. Enquanto os trabalhadores empobrecidos dos anos 70 reivindicavam a mínima dignidade de cida-

7. SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

8. Para ampliar essa reflexão ver: MICELLI, S. (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

dãos/cidadãos nas ruas, a política cultural privilegiava o patrimônio e, por meio do mecenato, escondia a violência da ditadura militar. Hoje, a democratização enseja ainda maior violência, por obra da degeneração das formas de vida pela agressividade da *livre concorrência* e pelo cinismo governamental. Os recentes massacres dos sem-terra revelam todo o quadro: a planície, lugar da melhor criação cultural, é vilã das alturas. Nos anos 70, enquanto os trabalhadores buscavam a cidadania sempre adiada na História do Brasil, gestava-se a criação de uma sociedade culturalmente, e acima de tudo, consumidora, na qual se aliam as ações governamentais, o mecenato privado-público e os processos midiáticos como ponta-de-lança da indústria cultural. Seus resultados estão hoje na crista da onda, exigindo dos trabalhadores empobrecidos o teste de novas formas de ação política. Nunca cultura e política foram tão visíveis nos seus confrontos!

No entanto, nesta terra de tensão contínua, conhecemos resistências, contínua criação popular e certas proposições. Educadas pelo exíguo, pelos restos das culturas burguesa e patrimonialista, pela capacidade de fazer do impossível um espaço de possibilidade, as culturas populares nos abrem espaços para a análise e para o compromisso político.

Para exemplificar podemos observar tanto as histórias de vida, os movimentos de moradores sob a repressão, a criação da cerâmica pobre do Jequitinhonha, Minas Gerais, quanto as narrativas dos cantadores, as brincadeiras infantis nos espaços de cortiços e favelas, os recados que escapam à mistificação do programa televisivo *Aqui Agora*, ou os intervalos narrativos e pictóricos dos escritores Euclides da Cunha e Graciliano Ramos. Todos representam signos e símbolos do alcance de um valor dentro de uma memória maior do desvalor, o possível no

projeto maior da impossibilidade. Foi assim que as mulheres e os homens considerados degenerados em *Os sertões*, de Euclides da Cunha (degenerados porque escuros, mestiços, de acordo com as concepções científicas racistas da época), não somente lutaram bravamente, como operaram alta criatividade no seu esforço de sobrevivência, mesmo sem comida e outros meios de existência.

A cultura, em países de experiência como a brasileira, é um intervalo do que chamaria de *consciência-iceberg da totalidade possível* que, via de regra, se rouba, esconde ou mistifica, mas se entrevê e se sente num átimo redentor. Como Secretário de Cultura de São Bernardo do Campo (1989-1992) vi, na cidade e em outros municípios do Brasil, práticas culturais de crianças e idosos que refletiam essa consciência total dentro do fragmento.

Por isso, não nos caberia fazer mistificação cultural, quer na escola, nas administrações públicas ou nos partidos políticos, como vemos mesmo em setores denominados progressistas.

OS DISCURSOS E SEUS AVESSOS

Mas não seriam bons e eficientes os discursos progressistas ou da esquerda política, sobre a cultura? São certamente bons como enunciado, mas se traem no processo de enunciação. Via de regra esses discursos fazem do cultural ou uma projeção superestrutural, e aí se encontram no universo idealista ou o encaixotam na infra-estrutura, materializando-o no limite. Pena que não tenhamos visto, sentido e praticado que o cultural é um valor de mediação, como também o é a língua. Cultura como mediação é uma base de motivos, valores e estímulos à ação criativa e diferenciadora dos grupos que buscam organizar-se como comunidade.

A mediação cultural não foi vista claramente nos manifestos modernistas dos anos 20, nos programas partidários progressistas, comunistas, socialistas e petistas. Nelles há um forte apelo à cultura do povo, o que é positivo, porque a menção já se constitui oposição à cultura das elites, dos donos do poder. No entanto, as substâncias *cultura do povo*, *produção cultural* e *cidadania cultural* vão cedendo espaço, nesses textos e discursos, aos ideais de cultura, entre eles à própria defesa da cultura, ou a fazer da cultura pretexto para a mudança das condições de existência. Ora, cultura defendida é cultura circunscrita e ordenada, caminho para a sua folclorização, bem como cultura como ariete da luta sociopolítica é sinal de sua estereotipia e até de sua transformação em objeto, produto. Assim se deu com as esquerdas e hoje se dá com o liberalismo a cavalo da indústria cultural. De um lado, o uso ao modo estritamente positivista; de outro, e de maneira complementar, a sua folclorização. Aliás, quem melhor generaliza o uso das culturas populares e as defende são as elites, em suas produções bonitas e de grande qualidade técnica, quer de bancos, quer de grandes empresas industriais. Defendem-nas a seu modo e segundo o seu entendimento, como patrimônio folclorizado do acervo nacional ou regional. Já as populações que buscam fazer de seus valores instrumentos do cotidiano, em vez da defesa e estereotipia da cultura, de fato a fazem e refazem como marca de atualização e diferenciação, como memória em movimento, como forma de vida e mediação indispensável entre si e a sociedade, natureza fazendo-se cultura. Assim, o empresariado e até mesmo o governo publicam belos relatos da cultura enquanto metem cenários da luta cultural sob as águas dos açudes e represas, ou abaixo das fundações dos hotéis de luxo, como Belo Monte na Bahia e os sambaquis do litoral.

Cultura defendida é cultura manipulável, produto de um grupo social projetando-se no todo social. Cultura levada a sério como mediadora é lugar de invenção e criação da vida. Na periferia os trabalhadores paulistas, nos anos 70 e 80, se reinventaram precisamente pela mediação cultural, na qual tempos, memórias, gestos atualizados, transposições da educatividade jogaram renovados papéis nas diversas conquistas cotidianas da cidadania.

Por isso, ao produzir propostas de política cultural, o administrador corre vários riscos. O mais grave é a redução cultural da cidade à mitologia política local, que determina a prática dos agentes culturais e até dos produtores, notadamente nos espaços sociais em que ainda é tênue a organização da sociedade civil e seus movimentos. A mitologia política dilui as bases espiritual e material de que se forma a cultura e suas práticas.

OPÇÕES NÃO MISTIFICADORAS

Devemos superar a gangorra em que se mete a cultura, somente infra ou superestrutura social. Ora, quando a cultura é preferencialmente tratada na superestrutura, o cotidiano, a gestualidade no trabalho e os valores lentamente acumulados na relação entre o real material e a sua transformação simbólica, tudo isso se torna opaco, coisa de segundo plano, detalhe. Mas vista como infra-estrutura, perecem a memória, os sentimentos de religiosidade, a própria dialética da tradição posta na mira do moderno. A questão central das culturas populares (porque elas preocupam mais os programas partidários) é que elas se organizam como *história* dentro do fazer político concreto, sem negar as formas industrializadas e globali-

zadas da cultura, assumindo a vida material difícil, pobre, mas aberta. Por isso suas identidades são complexas (como são complexos os códigos culturais que nos orientam no universo das vilas e favelas...). Colocadas na mira do poder hegemônico, proprietário dos vários capitais que movem a sociedade, essas culturas tecem seus momentos de superação dos bloqueios e ataques sofridos, produzem seus valores simbólicos dentro do possível que a matéria da vida lhes conformou e se organizam como linguagem paralela (embora comunicante) àquela outra que a escola, a universidade e mais modernamente os meios de comunicação de massa produzem. No mínimo, são resistência. Quando a superam, são indicadores das contradições da sociedade. Se avançam, são o princípio da revolução social. Ora, o *Programa Sílvio Santos* (e seus similares), o sarau acadêmico e a publicação folclórica dos bancos e conglomerados financeiros dos meios de produção não esgotam nem reproduzem os diversos sentidos da torcida de futebol, da invenção musical, da novena ou da folia de reis e as diversas formas de ação pela cidadania, das greves à reorganização do espaço-cenário de outro massacre em Vigário Geral, Rio de Janeiro.

Se a cultura não for um valor central de mediação entre a infra e a superestrutura social, não servirá ao projeto político transformador.

E não é isso que os projetos de organização de bairro, alguns movimentos de defesa dos meninos e meninas marginalizados, os projetos de terceira idade e já antes as ações de politização da vida sindical tentaram e tentam mostrar? Neles, a vida comunitária ou o espaço humano da fábrica, do comércio e dos serviços é mediado por valores revistos, transfor-

mados e atualizados pela coesão social mínima e necessária. A seguir, com base nesse baú cultural e em face às mudanças da modernidade, esses setores da população têm garantido, de um lado, a expansão do valor do trabalho em face do capital e, de outro, a demonstração de que é necessário reagir sempre para que não se tornem bagaços de cana chupada pelo modo capitalista de produção. Nessas culturas, somente a junção da vida material e da vida espiritual-simbólica garante o seu avanço social e político, entre marchas, contra-marchas e contradições. À luz dessas práticas culturais, como método, não será difícil trabalhar as *culturas* do narcisismo, da lamentação, da grã-finagem, da *performance* etc. No mínimo, não nos perderemos nesse fim de história, entalados e sufocados pelo máximo de conceitos e mínimo de interpretação.

Nesse contexto, o enunciado de alguns textos partidários sobre a cultura, embora bons como marca de oposição, mostram o lastro elitista, senão hegemônico, dos seus emissores, cuja enunciação carrega a força da cultura escolarizada ou a doutrina partidária projetada sobre a ação cultural popular, a que se acresce hoje a produção simbólica da mídia, lida e vista também na escola e no partido. Aí o conflito, pois o cultural é valor mediador, referência indispensável para a organização e reorganização da vida individual e coletiva. O enunciado escolar e partidário, mais ou menos dogmático, em todo caso será lido e interpretado como um produto, entre outros referenciais (também os produtos da indústria cultural), disposto ao entendimento ou à confusão no seio da população. Dessa forma, o discurso chamado progressista sobre a cultura no Brasil não oferece qualquer garantia ao projeto de avanço cultural. Mais por defeitos de enfoque e concepção do que pelo esforço e desejo na criação da cultura. Escola e partido precisariam deixar de ser,

com urgência, lugar de assimilação da confusão conceitual e de redução de sentidos: escapar do *vale-tudo* ou do dogmatismo, da mitologia diluidora da cultura.

PROPOSIÇÕES

Entendo, pois, que uma política cultural, quer produzida pelos partidos, pelas administrações públicas ou por setores comprometidos de outras instituições da sociedade civil, precisa assumir um modo de ser compatível com a diversidade e o caráter mediador da cultura, ou seja: estar pronta a acompanhar essa mediação entre a infra e a superestrutura. Isso significa procurar ver como os grupos e comunidades produzem a memória do que fazem, como organizam o seu orçamento familiar e grupal, de onde arrancam conceitos e costumes para se organizarem no espaço de vida (rural ou urbano), como e para que realizam a superação da sua condição na vida dos seus filhos e com quais motivos e materiais compõem sua expressão estético-artística.

Em outras palavras, o pesquisador, o político e o comunicador deveriam ter olhos e ouvidos grandes e boca pequena diante do painel cultural que se descortina, intriga e desafia no Brasil. Seria como fazer o contrário dos textos de política cultural emanados da oficialidade cultural do país, quer aqueles dos tempos militares de Ney Braga, quer os posteriores. Falta sempre a interlocução ampliada. Bocas grandes e olhos e ouvidos miúdos. Por isso, a cultura vira esquema e não vida vivida e compartilhada.

Produzir mais narrações e descrições da cultura para superar o ecletismo e o dogmatismo. Mostrar os laços teórico-práticos

que organizam o fazer cultural da cidade e suas periferias, as relações concretas do *continuum* educação/cultura, arte/cultura, lutas sociais/cultura, cultura/saúde etc. A narratividade da cultura não somente significará uma retomada do velho e bom hábito de vivenciar a cultura e contar a sua história, acumular memória, mas será também um modo de se opor ao discurso dos princípios que projeta dogmas e concepções sem considerar a dialética do real.

Assumir metodologias de trabalho que levem às últimas consequências o posicionamento político adotado. Como exemplo, não será possível anunciar a importância do cultural em dada administração pública e depois negar, por exemplo, um mínimo de 2,5% do orçamento total para a ação cultural. Outra questão será o da restrição conceitual de cultura, resultante da sociedade colonizada e do discurso bacharelista que divulga essa restrição. Chega o momento perigoso em que a ação cultural na cidade se distancia da luta pela água, pela melhoria da educação, pela reorganização do bairro. Aí morre a mediação e se sufoca mesmo a proposta transformadora da cultura, que os partidos, administrações públicas e demais entidades progressistas da sociedade civil anunciaram e anunciam. Desse modo, as melhores reformas da legislação são aquelas em que orçamentos, incentivos e outras políticas financeiro-econômicas vigiam e mensuram rigorosamente os projetos e programas capazes de verem a cultura como processo de articulação dos diferentes âmbitos da consecução da cidadania. Precisamos de leis que sejam o oposto das do tipo Sarney, quer na concepção do sentido da cultura, quer no modo de decisão e acompanhamento dos investimentos, quer na sua avaliação contínua. Mas cuidem-se os que propugnam a cultura como negócio numa

sociedade em que a categoria trabalho (com desemprego de 15%) é valor de sobrevivência e dignidade e onde *negócio* pode chegar a significar *ócio*, como no poema de José Paulo Paes. Ócio não rima e nem se afina com desemprego e o Ministério da Cultura não deveria ser um balcão de transações.

Aprender a fazer educação na ação cultural e culturalizar a educação. Aprender dos erros cometidos nas administrações dos bens públicos, isto é, atender a todas as demandas populares sem criar o confronto cultural com a realidade e suas prioridades. Aprender a nunca deixar um dia sem realizar atos que acumulem a simbolização cultural. Acreditar que são necessários alguns edifícios e espaços construídos, mas crer mais ainda que é possível inventar espaços como invenção educativa e criação de futuro desburocratizado e aberto. Acreditar profundamente na educação dos que trabalham em projetos e programas interculturais, não adiantando reclamar da incompetência deles sem operar a confiança na educação culturalizada.

Resumo: O artigo discute a compreensão e o tratamento equivocado que se tem dado às políticas culturais no Brasil. Oscila-se do descaso e do desconhecimento completo ao mecenato e protecionismo do Estado, elitista e autoritário. Destaca a região do ABC paulista como espaço cultural concreto no qual as manifestações da população são interstício de resistência, na continuidade de serem tratados como mão-de-obra para exploração capitalista e consumidores de segunda classe. Crítica os discursos ditos progressistas e de esquerda que tratam a cultura como projeção superestrutural ou então como expressão da infra-estrutura. Ressalta que a cultura é um valor de mediação, uma base de motivos, valores e estímulos à ação criativa e diferenciadora dos grupos que se organizam como comunidade. Faz proposições para uma política cultural conseqüente.

Palavras-chave: cultura popular, política cultural, Região do ABC, Estado, partido

Assumir um fazer cultural total. Levar a sério a cultura que tem um braço tradicional, entre artes e letras, mas ver que as artes e as letras compõem o ser profundo da cultura, que se faz em gestos e olhares voltados para todo o fazer humano. Descobrir e revelar o fazer cultural que também se estetiza na escola, na luta dos sem-teto e sem-terra, no trabalho com meninos e meninas de rua, na nomeação das praças e ruas, nos projetos de ecologia e na ginástica coletiva. Se a cidade não desenvolver símbolos culturalmente politizados, a administração das coisas públicas será inóqua, mesmo que possuidora de algum poder eleitoral.

Assumir a disposição de se recriar o espaço público a partir do fenômeno da globalização, que faz próximo o distante e distante o próximo. Em ação cultural, isso significa a recriação da memória popular, o debate intenso para superar preconceitos e valores apriorísticos e a contínua avaliação do trabalho como garantia da sua qualidade.

Abstract: The article discusses the understanding and the erroneous treatment that have been given to cultural policies in Brazil. One oscillates from neglect and complete lack of knowledge to the elitist and authoritarian sponsorship and protectionism by the State. Emphasis is given to the São Paulo ABC region as a concrete cultural space in which the population's manifestations are an interstice of resistance, in the continuity of being treated as labor for capitalistic exploitation and second class consumers. The article also criticizes the so-called progressive and leftist discourses that treat culture as a superstructural projection or as an expression of the infrastructure. It stresses that culture is a mediation value, a base of motives, values and stimuli to creative action, and a differentiator of the groups that organize themselves as a community. It makes propositions for responsible cultural policies.

Key words: popular culture, cultural policy, ABC Region, State, party